

# Energia Alerta

A energia do Brasil está em nossas mãos

## O Jornal do Sindicato

www.urbanitariosdf.org.br



Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal - Março de 2016 - Ano 5 - Nº 34

Filiado à CUT e FNU



## PRIVATIZAÇÕES

PLS 555/15, que tramita em regime de urgência no Senado, propõe a abertura de capital para iniciar processo de privatização de todas as empresas públicas no Brasil. Proposta foi discutida em apenas três audiências públicas com representantes do mercado.

Os principais interessados não foram ouvidos.

○ que acham disso os trabalhadores, governadores e prefeitos? **P.04**

## ENTREVISTA



Erros de gestão e recursos desviados da Celg colocaram a empresa de distribuição de energia em Goiás na última colocação no ranking de qualidade da Aneel. Se a estatal for privatizada, mais de dois milhões de consumidores serão prejudicados com tarifas mais caras e cobranças indevidas, alerta o engenheiro e conselheiro de Administração da Celg, Wagner Vilela Júnior. **P. 03**



## Dia Internacional da Mulher

○ Brasil é um dos países em destaque no relatório da ONU Mulheres por gerar trabalho decente para as mulheres e criar mecanismos e políticas que permitam a maior participação feminina na vida econômica.

Por outro lado, a realidade brasileira ainda precisa superar muitos desafios na questão de gênero. Especialmente entre as mulheres mais pobres, negras, indígenas e rurais.

Em grande parte, elas ainda ocupam os empregos com remunerações inferiores e baixa qualidade e continuam vivendo em condições mais precárias de saúde, acesso à água, saneamento e vítimas de violência. **P. 05**

### SETOR ELÉTRICO

P.4

As especulações no mercado livre e o valor da conta de luz.

### VISÃO STIU-DF

P.6

Concessão da CEB e a venda das cotas de geração e gás.

### ELETRONORTE

P.7

Categoria aguarda há quase uma década a construção da sede.

### CULTURA

P.8

A arte popular como promoção de boas relações e bons hábitos.

## PALAVRA DO DIRETOR

## O que esperar em 2016?



Victor Frota

O cenário em 2016 já é de grandes dificuldades para os trabalhadores e trabalhadoras do setor, como tem sido nos últimos anos, após a MP 579/12. O ano mal começou e a luta dos eletricitários continua muito dura, principalmente para os trabalhadores das distribuidoras federalizadas.

Com muita luta em 2015 conseguimos adiar, por várias vezes, o leilão da Celg. Em 2016, já fizemos três atos em Brasília e um em Goiânia, durante a au-

diência que era pra ser pública, mas na verdade foi uma reunião privada para aprovar a venda da empresa.

Entretanto, os governos federal e goiano continuam juntos no objetivo de vender a companhia de energia em Goiás. A Eletrobras e o MME já anunciaram que venderão as outras seis distribuidoras (AC, AL, AM, PI, RO e RR) ainda este ano, alegando que precisa se capitalizar para investir na expansão do sistema de G&T nacional.

A quem interessa a venda de uma estatal com concessão garantida e renovada por mais 30 anos, seja ela do setor elétrico, de petróleo ou de saneamento?

Sabemos que interessa as grandes empresas internacionais, que desejam lucrar para distribuir dividendos aos acionistas e mandar remessas de lucros para a Europa, sem reinvestir nas empresas. Foi assim que aconteceu na década de 90.

É sabido que a privatização sempre trouxe desemprego, terceirização, acidentes de trabalho, ACT rebaixados,

enfraquecimento da luta dos trabalhadores, aumento das tarifas e prestação do serviço de péssima qualidade.

Outra grande preocupação que a categoria eletricitária precisa estar atenta é a ameaça de abertura de capital de Furnas. Se isso acontecer, todas as outras geradoras de energia do grupo Eletrobras também estarão ameaçadas.

Na CEB, apoiada em decisão da Justiça, a diretoria ameaça retirar o plano de saúde dos aposentados, além de adiar continuamente a discussão sobre um novo plano.

No ONS, os desmandos na alta gestão da empresa estão cada vez maiores, devido à alta influência do mercado.

O futuro que vislumbramos para o setor elétrico não é muito bom. Por isso precisamos estar conscientes e preparados para atuar agora. Sem mobilização da categoria, o momento não será de transformação, mas de retrocesso.

*Boa leitura!*

## CURTAS

Após dez anos, a Polícia Fazendária do Rio enfim concluiu as investigações sobre a Lista de Furnas. No dia 27/02, apenas sete dos 156 envolvidos foram indiciados. O documento continha nomes e valores recebidos na campanha de 2002. Aécio Neves, José Serra, Geraldo Alckmin não foram indiciados.

O PSDB de Minas Gerais iniciou uma forte campanha para desqualificar a Lista de Furnas, divulgando na época que era falsa. Usou pareceres de peritos contratados e um laudo da Polícia Federal feitos em cima de uma das cópias divulgadas por Nilton Monteiro, o homem que confessou atuar como operador do caixa 2.

Uma matéria na Veja, plantada por Aécio, deu força para a ideia da falsidade. Quando essa tese prosperava, o lobista Nilton Monteiro entregou à Polícia Federal o documento original, que foi periciado. A conclusão foi a de que se tratava de um documento autêntico, assinado por Dimas Toledo e sem indício de montagem.



O programa é exibido todo dia na TV Comunitária de Brasília, no canal 12 da NET. Você também pode ver em nosso canal no YouTube.

## EXPEDIENTE

STIU - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

Sede: SCS - Quadra 6 - Bloco A - Edifício Arnaldo Vilares - 7º andar - CEP: 70324-900

Jornalista Responsável: Henrique Teixeira

Equipe: Roberta Quintino, Vera Fogaça e Hanri Benício.

Fotos: Assessoria de Comunicação do STIU-DF

Arte de Capa: Eduardo Pinto

Edição Eletrônica: Hanri Benício.

Tiragem: 3.500 exemplares

Contato: [comunicacao@stiudef.org.br](mailto:comunicacao@stiudef.org.br)

 (61)3226-7036

 (61)3226-5752

 **sindicato**  
[@urbanitariosdf.org.br](mailto:@urbanitariosdf.org.br)

**SINDICALIZE-SE**

File-se ao nosso Sindicato e fortaleça a nossa luta.



**Diretoria Colegiada:** Alairton Gomes de Farias, Aline Rodrigues de Oliveira, André Luis dos Santos, Arthur Emilio Oliveira Caetano, Carlos Roberto Carvalho Campos, Carlos Yassuo Sudo, Cleiton Moreira de Faria, David Gomes de Oliveira Santos, Edgar Mendes Oliveira, Edy Carlos Dalóco, Elve Lucas Barbosa Cubas, Elvídio Cândido de Sousa Filho, Ernane Lima Alencar, Fabiola Latino Antezana, Flávio Henrique Gadbem Figueirôa, Francisco de Assis Moura dos Santos, Germiniano Lustosa Neto, Givaldo Romão da Silva, Hadiel Costa Miranda, Íkaro Chaves Barreto de Sousa, Josafá Oliveira Guimarães, José Daldegan Júnior, José Edmilson da Silva, Maria Luísa Nunes da Cunha, Maria Teresa Cortes Bona, Marizete das Dores Sousa, Roberto Lucena, Sidney Lucena Araújo, Victor Frota da Silva, Wandyr de Oliveira Ferreira.

**Conselho Fiscal:** Antônio Maria Claret Pires, Cleriston Machado Meira, Fernando Luiz Pereira Kamiguchi, Jaime Soares da Luz, Pascoal Pereira Andrade e Rivaldo Gomes de Alcantara.

MANDOU BEM MANDOU MAL 

A cineasta paulista Flávia Person resgatou a belíssima história da primeira parlamentar

negra do Brasil, Antonieta de Barros. Filha de escrava liberta, Antonieta foi eleita deputada estadual de Santa Catarina em 1934, dois anos depois de o voto feminino ser permitido no País. O documentário *Antonieta* tem várias exibições previstas este mês, em celebração ao Dia da Mulher. Ela também foi educadora e jornalista.



Com o propósito oportunista de garantir a sua candidatura à prefeitura

de São Paulo nas próximas eleições municipais, a senadora Marta Suplicy cedeu às pressões do PMDB paulista e votou pela manutenção da urgência do PL 131/15 do senador José Serra (PSDB-SP), proposta que entrega o pré-sal para multinacionais. Se o projeto for aprovado, educação deve ficar sem os R\$ 25 bi dos royalties.

## Setor elétrico na mídia

## Créditos especiais

O governo federal editou decreto para reabrir crédito extra para algumas estatais. O decreto reabre créditos especiais no valor de R\$ 129,647 milhões para atender a programações das empresas Eletronorte, Celg-D, Linha Verde Transmissora de Energia (LVTE), Telebrás e Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron). O decreto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU). (Paraná Online, 26/02/2016).

## Nova diretoria

A Eletrobras aprovou em reunião de seu conselho de administração a criação de uma diretoria de Governança, Gestão de Risco e Conformidade. A estatal também afirmou que haverá uma reestruturação de suas demais diretorias, com o objetivo de que a nova área não resulte em aumento de diretorias e nem em elevação de custos. O novo diretor será escolhido por uma empresa de head hunter a ser contratada. (G1, 24/02/2016).

## Horário de Verão

Nos 126 dias de vigência do Horário de Verão, a Cemig constatou, em sua área de concessão, uma redução diária da demanda máxima de 4%, o que equivale a 350 MW. Esse valor é suficiente para atender, durante todo o período, o pico de carga de uma cidade de 750 mil habitantes, equivalente à soma das cidades de Juiz de Fora e Sete Lagoas (MG). (Setor Energético, 18/02/2016)

## Investimentos

Os investimentos na CEB reduziram nos últimos anos. Segundo pesquisa no Sistema Integrado de Gestão Governamental (Siggo), a empresa desperta preocupação desde 2014, quando a Companhia investiu R\$ 95 milhões de um total de R\$ 237 milhões previstos. Em 2015, o orçamento da CEB apontava investimentos de R\$ 137 milhões, mas só R\$ 55 milhões foram efetivados. (Jornal de Brasília, 22/02/2016)

SEJA AMIGO(A) DO SINDICATO NAS REDES SOCIAIS



<http://twitter.com/urbanitariosdf>



<http://www.facebook.com/sindicato.urbanitarios>

## ENTREVISTA

**PRIVATIZAÇÃO:** Vender estatais resulta em tarifas mais caras e cobranças indevidas.

## Mesmo com dívida, Celg tem grande potencial de lucro

*Erros de gestão e recursos que não entraram no caixa da Celg colocaram a empresa, que tem mais de dois milhões de consumidores, na pior colocação no ranking de qualidade da Aneel. Para o conselheiro eleito pelos trabalhadores, Wagner Vilela Júnior, que trabalha há 16 anos no setor elétrico, se forem feitos ajustes na dívida, empresa será lucrativa e não precisa ser vendida.*

Má gestão. Foi o que levou a Celg a se tornar a pior distribuidora de energia no País. Segundo o último levantamento da Aneel, divulgado em março do ano passado, a distribuidora amarga a última posição no ranking nacional das 36 distribuidoras de grande porte, cujos mercados anual de energia faturada é superior a 1 TWh (terawatt hora).

Para quase todos os especialistas que estudam seriamente os casos de privatização no Brasil, deixar as empresas chegarem ao fundo do poço é uma estratégia decisiva política para facilitar a privatização. Por isso, a última posição da Celg em 2015 não foi por acaso. Ano passado, a polêmica sobre a privatização da empresa alcançou o ápice. E após 70 dias da divulgação do ranking, a empresa foi incluída no Plano Nacional de Desestatização (PND).

Mas não foi apenas o ano de 2015 o responsável pela Celg chegar onde chegou. A falta de investimentos nos últimos anos para melhorar o sistema foi decisiva. Além disso, outras questões influenciaram. Segundo o conselheiro de Administração da Celg, Wagner Alves Vilela Júnior, que é engenheiro e doutorando em qualidade de energia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), bancar dívidas de outras empresas, oferecer subsídios para indústrias e transferir ativos para outros estados resultaram em prejuízos de R\$ 5 bi. “Esse endividamento está ligado a erros de gestão”, explica.



Conselheiro de Administração da Celg, Wagner Vilela Júnior

**1** A Celg é uma empresa rentável?

**Wagner** – Se analisarmos apenas o atual resultado financeiro da empresa podemos constatar que ela não está apresentando rentabilidade positiva. No entanto, apresenta uma potencialidade muito grande para lucratividade com ajustes no perfil da dívida e investimentos.

**2** Se a Celg é uma empresa com grande potencial de lucro, o que justifica uma dívida tão elevada?

**Wagner** – Esse endividamento está muito ligado a erros de gestão e também a recursos financeiros que não entraram no caixa da Celg. Para exemplificar, ao longo de sua história, a empresa tem sido usada para viabilizar operações alheias à distribuição de energia. Por exemplo, o subsídio de mais de R\$1 bilhão para minerado CO-Demin; bancar a venda da UHE Cachoeira Dourada por meio de contrato casado de compra e venda de energia, refletindo no caixa em mais de R\$2 bilhões; suportar por anos dívidas de outras empresas do estado de Goiás; assim como a transferência de ativos para o estado de

Tocantins de aproximadamente R\$2 bilhões, etc.

**3** Privatizar a Celg parece ser a solução mais fácil para os governos de plantão. Mas há outras formas viáveis?

**Wagner** – Primeiro devemos ter consciência de que a privatização não é garantia de solução ou melhoria. A forma mais coerente de solucionar o problema é adotar um caminho semelhante ao das estatais Copel e Celesc, que já estiveram como a Celg D. E com adoção de boas práticas de gestão, governança e aportes financeiros conseguiram superar as dificuldades.

**4** Os governos estadual e federal estão dando todos os sinais de que vão mesmo vender a Celg. O PSDB de Goiás, em 16 anos, tentou privatizar a empresa e não conseguiu. Já o PT, que sempre foi contra as privatizações, em menos de dois anos, ao se tornar acionista majoritário em agosto de 2014, agora quer a venda da Celg. O que explica essa postura esquizofrênica?

**Wagner** – Também gostaríamos de compreender essa postura dos

governos. Já que no primeiro ciclo de privatizações das distribuidoras, entre 1996 e 2001, onde 50 das 63 distribuidoras foram privatizadas, as duas grandes justificativas do governo não se realizaram. A redução da dívida pública e a melhoria da qualidade das empresas de distribuição não aconteceram. A dívida pública tem aumentado e a maioria das empresas privatizadas apresenta resultado pior ou igual a do período pré-privatização. Por coincidência, hoje as justificativas são as mesmas do passado. O resultado disso não é difícil prever, não é mesmo?

**5** Como você disse, nos anos 90, durante o governo FHC, dezenas de distribuidoras foram privatizadas. Pouco tempo depois, a conta de luz nas cidades onde houve privatização ficou mais cara e a prestação de serviço ficou igual ou pior. O que explica repetir esse equívoco?

**Wagner** – Embora o valor da tarifa seja regulado pela Aneel, as empresas privatizadas demonstram maior “eficiência” nas revisões tarifárias, que é o foco do setor privado. Somando algumas práticas indevidas como a constatada pela Aneel em 2014, quando determinou que a Eletropaulo devolvesse aos consumidores mais de R\$600 milhões por ter incluído ativos inexistentes na base de remuneração. Dessa forma, a privatização tem resultado em tarifas mais elevadas e as vezes com cobranças indevidas. Certamente não convém repetir esse equívoco.

**6** Na época da renovação das concessões, em julho do ano passado, o TCU dificultou muito esse processo. Alegou que as empresas públicas não estavam atendendo aos critérios de qualidade do setor. Mas no ranking da Aneel, divulgado em março do ano passado, a maioria das companhias privadas não figurava nas melhores colocações.

**A forma mais coerente de solucionar o problema é adotar um caminho semelhante ao das estatais Copel e Celesc, que já estiveram como a Celg D. E com adoção de boas práticas de gestão, governança e aportes financeiros conseguiram superar as dificuldades.**

Por que as críticas recaem somente nas estatais?

**Wagner** – Particularmente, não percebi o “peso da mão” do TCU sendo diferenciado nas várias concessões que estavam em fase de renovação, fossem elas públicas ou privadas. Tenho que melhor estudar esse fato. Contudo, é importante registrar que existem estatais que apresentam excelente desempenho na avaliação do seu consumidor, como por exemplo a Copel, Celesc, Cemig, DME, etc. Aliás, a Copel foi premiada em novembro de 2015 como a 2ª melhor distribuidora da América Latina. A primeira colocada foi a estatal de Medellín, na Colômbia.

**7** A privatização seria uma forma de privilegiar o agronegócio e a indústria de Goiás?

**Wagner** – Com base nas empresas já privatizadas, não é possível garantir que a privatização trará benefícios para alguma classe de consumo. Mas é certo que, onde a diferença entre investimento e retorno do capital não for atrativo, o requerente de energia elétrica terá maior dificuldade para ser atendido.

## PRIVATIZAÇÃO

**AMEAÇA:** Proposta que tramita no Senado prevê a venda de capital de todas as estatais no País.

### Como seria o Brasil sem nenhuma empresa pública?

**O Brasil tem 5.565 prefeitos. A grande maioria deles não sabe que as empresas públicas municipais poderão ser privatizadas se o PLS 555/15, que tramita em regime de urgência, for aprovado. Nenhum dos 27 governadores também foi convidado para debater a proposta. Os principais interessados, os trabalhadores e trabalhadoras, muito menos.**



no Senado e os principais interessados: trabalhadores, governadores e prefeitos não foram convidados para debater o assunto. Participaram apenas representantes do mercado. Os executivos da Comissão de Valores Imobiliários, BM&F Ibovespa, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Confederação Nacional da Indústria, Fundação Falconi e Associação de Investidores no Mercado de Capitais apoiaram o texto. Obviamente, todos se posicionaram favoráveis ao texto porque 25% das ações

E se todas as empresas públicas no Brasil fossem privatizadas? Sim, isso pode acontecer. É o que prevê o PLS 555/15, que tramita em regime de urgência no Senado. A proposta, apoiada pela base conservadora no Congresso, visa transformar todas as estatais municipais, estaduais, federal e distrital em sociedades anônimas, abrindo o caixa das empresas para o capital privado.

A proposta só foi discutida em três audiências públicas

das empresas públicas serão negociadas na bolsa de valores, caso a proposta seja aprovada.

Tudo isso começou quando os presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros (PMDB-AL) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), respectivamente, constituíram Comissão Mista no dia primeiro de junho de 2015 e assinaram um texto base, propondo um “modelo ideal de governança corporativa”. Quatro senadores e quatro deputados ficaram responsáveis de elaborar uma proposta a partir do anteprojeto de Renan e Cunha. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) foi designado o relator da matéria.

Tasso juntou o PL 167, de sua autoria, ao PLS 343/15, do senador Aécio Neves (PSDB-MG). Até o fechamento desta edição, a proposta tinha recebido 103 emendas, a grande maioria delas apresentada pelos senadores José Serra (PSDB-SP) e Aécio.

Por estar em regime de ur-

gência, a proposta tramita diferentemente de todos os outros projetos de lei. Ou seja, não passa pelas comissões temáticas e vai direto ao plenário.

A matéria foi protocolada no dia 25 de agosto do ano passado e 21 dias depois estava pronta para ser votada definitivamente no plenário do Senado. E desde o dia 15 de setembro entidades sindicais e movimentos sociais vêm conseguindo adiar a votação. Desde então, praticamente todos os dias o projeto é incluído na pauta para ser votado.

Se o texto for aprovado, além de pagar mais caro pelos serviços e produtos oferecidos pelas empresas, boa parte da população será prejudicada com políticas públicas. O presidente da Federação dos Bancários da Bahia e Sergipe, Emanuel Souza, explica que as empresas estatais são as principais responsáveis pela implementação das políticas sociais do governo e não podem perder

**“O que seria do programa Luz para Todos sem a Eletrobras? Da habitação popular sem a Caixa Econômica Federal? Da Agricultura Familiar sem a Embrapa?”**

o seu caráter público, se submetendo a ordem do mercado de lucro máximo. “Pois o que seria do programa Luz para Todos sem a Eletrobras? Da habitação popular sem a Caixa Econômica Federal? Da Agricultura Familiar sem a Embrapa? Das pequenas empresas sem o BNDES?”, questiona.

O advogado e consultor do Senado, Luiz Alberto dos Santos, avalia que a proposta tem vício de iniciativa. Segundo ele, o Legislativo não pode fazer leis sobre assuntos relativos à organização do poder Executivo, invadindo suas prerrogativas.

**SETOR ELÉTRICO:** Especulação no valor da energia no mercado livre contribui para tarifas mais caras.

### Por que a energia elétrica no Brasil está tão cara?

**Os motivos são vários. Na matéria desta edição sobre o valor das tarifas, o jornal Energia Alerta aborda o impacto do mercado livre na conta de luz.**

No Brasil, há dois tipos de consumidores de energia. O cativo e o livre. Os cativos são aqueles que só podem comprar energia de uma única empresa. Estão nessa categoria a população em geral e pequenos comerciantes. Os livres são aqueles que podem escolher de quem comprar a eletricidade. Em via de regra, são grandes consumidores, cuja necessidade energética seja igual ou superior a 3 mil kw. Eles podem contratar diretamente de grandes hidrelétricas, usinas térmicas, eólicas ou de agentes comercializadores.

Proporcionalmente ao consumo, os cativos sempre pagam mais caro pela energia. São eles

que pagam os investimentos no setor elétrico.

Para entender melhor como funciona a composição da tarifa na conta de luz do consumidor cativo, o detalhamento acontece da seguinte forma: a energia consumida corresponde a 46,92% do valor, os encargos setoriais são na ordem de 17,14%, impostos 16,44%, distribuição 13,08%, perdas do sistema 4,75% e transmissão 1,67%.

O consumidor cativo compra a energia das distribuidoras que adquirem o insumo em leilão, por isso não tem como negociar o valor da conta de luz e fica sujeito às regras da Aneel.

No caso do consumidor livre, a composição é bem diferente. Por comprar a energia diretamente do gerador ou de um agente comercializador, o consumidor livre paga apenas a energia consumida e impostos. Mesmo utilizando o sistema de

transmissão e distribuição.

As vantagens são tão generosas ao consumidor livre que ele ainda tem a possibilidade de escolher o valor, prazo para pagar e o índice indexador de correção.

Por não estarem sujeitas às regras fixas do mercado regulado e as variações climáticas como falta chuva, o mercado livre atua especulando no valor do MWh. Quando a produção energética fica mais cara, com o acionamento das térmicas, o valor da energia no mercado livre dispara.

Até dezembro de 2014, o valor máximo para a negociação da energia no mercado livre, chamado de Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), era de R\$ 822,83. No início de 2015, a Aneel reduziu o teto para R\$ 388,04. Isso porque indústrias como a Votorantim estavam comprando energia contratada de R\$ 110 e vendendo a R\$ 822.

Na época, o então presidente

da FNU, Franklin Moreira, hoje presidente da Cemig, disse ao jornal Energia Alerta que a medida foi boa, mas a solução seria não deixar a venda de energia descontratada, uma vez que a estiagem das chuvas pressiona muito o valor da energia no mercado livre.

Instituído no governo FHC, em 1995, o mercado livre passou a vigorar com a Lei 9.074. Há pouquíssima transparência nesse mercado, uma vez que os dados são praticamente secretos. Só em 2012 a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a divulgar relatórios sobre a energia negociada, mas sem demonstrar quem compra e vende.

Segundo o engenheiro eletricista e diretor da ONG Ilumina, Roberto D’Araújo, as empresas estatais foram obrigadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) a descontratar, gerando

energia a valores bem abaixo de mercado. Isso também estava resultando em especulações no valor da energia.

“O setor elétrico está destruído e precisa ser revisto. É uma vergonha o preço que pagamos. Chega a ser três vezes maior que o valor pago no Canadá. Nos EUA, apenas em São Francisco e Nova Iorque a energia é mais cara que no Brasil”, destaca D’Araújo. “O modelo brasileiro não incentiva investimentos e essa especulação é incentivada pelo próprio governo”.

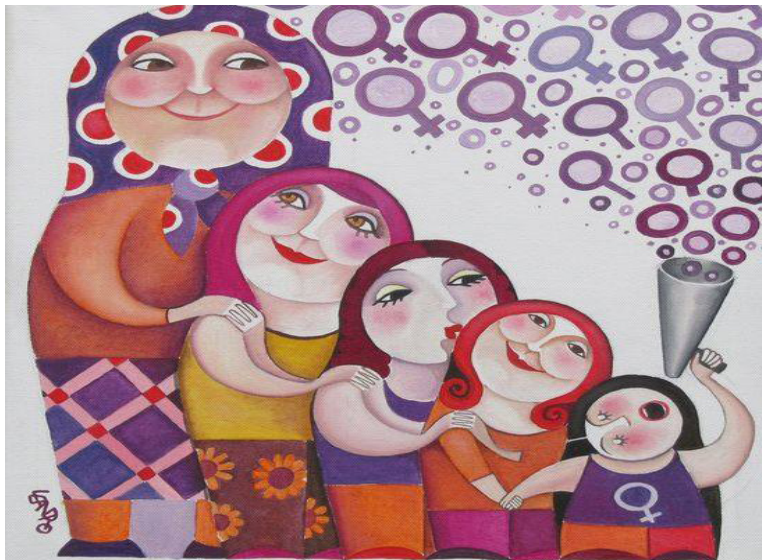
Para o diretor do STIU-DF, Wandir Ferreira, o Brasil deveria criar parques de aptidões energéticas e facilitar construções de usinas, barateando o custo. “Deveriam ser oferecidas garantias aos empreendimentos energéticos e minimizar o valor da obra. Assim, os altos custos de implementação não seriam repassados aos consumidores”, defende.

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

**REALIDADE:** Mulheres continuam a carregar os fardos da pobreza, da desigualdade e da violência.

## É hora de avançar, não de retroceder

**Relatório da ONU Mulheres aponta que o período atual é reconhecido como uma era com mudanças sem precedentes, porém, indica que as mulheres ainda ocupam os empregos com menores remunerações e baixa qualidade e continuam a ser alvo das condições mais precárias de saúde, acesso à água e saneamento. Para dirigente sindical, quando as mulheres saem às ruas para lutar por equidade de gênero, elas estão lutando por igualdade de condições e direitos.**



Há pouco mais de oito décadas as mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto, ampliando direitos civis e políticos. De lá pra cá outras batalhas foram travadas com o objetivo de diminuir as distorções no mundo do trabalho, espaços de poder, no meio acadêmico e, não menos importante, no espaço doméstico e familiar.

As mulheres consolidaram importantes transformações que impactaram positivamente a vida das brasileiras nos últimos anos, como a Lei Maria da Penha, que criminaliza a violência doméstica. No entanto, ao mesmo tempo em que o governo instituiu novas metas de superação das desigualdades de gênero, raça e etnia, as mulheres continuam a carregar os fardos da pobreza, da desigualdade e da violência, especialmente as mais pobres, rurais, negras e indígenas, que continuam a experimentar a exclusão social.

De acordo com o relatório “Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar direitos”, produzido pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) e Cepia – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, organização feminista do Rio de Janeiro, o período atual é reconhecido como uma era com mudanças sem precedentes, porém, indica que as mulheres ainda ocupam os empregos com menores remunerações e baixa qualidade e continuam a

ser alvo das condições mais precárias de saúde, acesso à água e saneamento.

A publicação aponta ainda que as mulheres são responsáveis pela carga excessiva de trabalho de cuidados, ou seja, trabalho doméstico não remunerado referente aos cuidados com filhas e filhos, pessoas idosas e doentes e com a administração do lar, algo que as políticas de austeridade e os cortes orçamentários têm intensificado.

**“A mulher deve ser tratada de forma igual aos homens, respeitando as diferenças existentes.”**

No segundo semestre de 2015, de acordo com o IBGE, há diferenças significativas na taxa de desocupação entre homens e mulheres. A taxa de desemprego foi estimada em 7,1% para os homens e em 9,8% para as mulheres.

Em outra publicação da ONU Mulheres, “Progresso das Mulheres no Brasil”, que reúne artigos de estudiosas, militantes e analistas políticas feministas, destaca-se que no campo político, a persistente subrepresentação das mulheres é uma barreira para a democracia plena.

A socióloga Clara Araújo recomenda que os sindicatos e associações de classe tornem-se espaços de fortalecimento da liderança de mulheres e reinvindicuem mudanças na cultura

dos meios de comunicação e nas relações institucionais, fortemente marcadas por diferenças de gênero.

A dirigente sindical do STIU-DF, Fabiola Antezana, destaca que as bandeiras de luta das mulheres devem ser atualizadas de acordo com o momento histórico e conjuntura da sociedade. “Por um momento lutávamos pelo direito ao voto. Hoje, as bandeiras mais urgentes são equidade de gênero, igualdade no mundo do trabalho e liberdades sobre o próprio corpo. A mulher deve ser tratada de forma igual aos homens, respeitando as diferenças existentes. Exemplo é a licença maternidade. As mulheres trabalham de igual maneira, recebendo menor salário em vários casos, e são tratadas de forma preconceituosa por precisarem se ausentar por conta da maternidade”, aponta Fabiola. Ela ressalta que quando as mulheres saem às ruas para lutar por equidade de gênero, elas estão lutando por igualdade de condições e direitos.

Na avaliação da dirigente com relação aos espaços de fortalecimento para mulheres, como sindicatos e movimentos sociais há muito para avançar. “Eu vejo que os movimentos sociais têm avançado ao colocar mulheres à frente de processos importantes. Já os sindicatos têm que avançar ainda mais, o espaço de representação dos trabalhadores e trabalhadoras muitas vezes não oferece um ambiente no qual as mulheres possam se inserir. A

dinâmica sindical impõe um ritmo de vida que não é compatível a dupla e tripla jornada que as mulheres desempenham. Essa é outra bandeira de luta que não deve ser esquecida, ocupar os espaços de poder para debater, discutir e implementar políticas que eliminem as distorções existentes”, disse Fabiola.

### Liberdade em risco

“É preciso deixar claro que várias das conquistas femininas em todo esse histórico processo de luta estão colocadas em risco pelo Congresso Nacional, que deveria garantir políticas de segurança e condições às mulheres. A partir do momento em que Câmara e Senado discutem a proibição da pílula do dia seguinte, método contraceptivo usado seja por escolha ou em casos críticos como o estupro, é absurdo a mulher não ter o livre arbítrio sobre o próprio corpo”, observa a dirigente.

Fabiola acrescenta que estamos vivendo um período de retrocessos com crescentes números de casos de assédio sexual e moral, demissões em massa que afetam principalmente as mulheres que são o elo mais fraco do mercado do trabalho. “Resgatar algumas bandeiras da luta feminina é fundamental para o momento atual. Acredito que várias bandeiras são eternas e históricas e só vamos superá-las no dia que alcançarmos uma sociedade, de fato, justa, onde o Estado ofereça condições para que as mulheres possam atuar no mundo do trabalho e nos espaços de poder de forma equilibrada”, conclui.

O PL 5.069, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, modifica a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual. Entre as principais alterações do projeto de autoria de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) estão a criminalização de propaganda, fornecimento e indução ao aborto e a métodos abortivos. Além disso, o PL estabelece ainda que a mulher vítima de estupro procure uma delegacia e passe

por exame antes de ser atendida pelo sistema público de saúde.

### Progresso

Embora exista grande desigualdade de gênero, o Brasil é um dos países em destaque no relatório da ONU Mulheres devido ao seu papel na geração de trabalho decente para as mulheres, além de outros mecanismos e políticas que permitem a maior participação das mulheres na vida econômica, contribuindo para a ampliação da igualdade de gênero, criando condições para o empoderamento feminino.

Projetos criados pelo governo brasileiro foram mencionados. O Fome Zero é parte de um programa de segurança alimentar que visa diminuir a fome nas áreas rurais. O dinheiro fornecido deve ser usado para comprar alimentos produzidos em fazendas de base familiar, incluindo as comunidades indígenas. Já o Bolsa Família tem sua origem na receita gerada pelo imposto de transações financeiras que financia políticas sociais. De acordo com os dados do governo federal, 93% das famílias beneficiadas pelo programa são chefiadas pelas mulheres.



Diretora do STIU-DF, Fabiola Antezana

**“A partir do momento em que Câmara e Senado discutem a proibição da pílula do dia seguinte, método contraceptivo usado seja por escolha ou em casos críticos como o estupro, é absurdo a mulher não ter o livre arbítrio sobre o próprio corpo.”**

## VISÃO DO STIU-DF

**INVESTIMENTOS:** GDF e governo federal precisam contribuir para que a CEB mantenha sua concessão.

## Venda de ações das empresas de gás e geração pode tirar CEB do vermelho

*Para manter a concessão, CEB terá que cumprir as metas estipuladas pela Aneel e melhorar a qualidade do serviço prestado à população. E não poderá aumentar a tarifa para isso. Sem ajuda da União e com poucos recursos do GDF, única alternativa e a aplicação de 100% das cotas acionárias a serem vendidas.*



Quando o Tribunal de Contas da União autorizou, em setembro passado, a renovação das concessões das 39 distribuidoras de energia que estavam com o processo em fase final na Aneel, o TCU condicionou a prorrogação dos contratos por mais 30 anos mediante investimentos no setor para melhorar o serviço prestado à população. Isso sem aumento de tarifas.

Segundo o decreto 8.461/15, que renovou as concessões, as condições impostas para a renovação foram eficiência no serviço,

gestão econômico-financeira, racionalidade da operação e modicidade tarifária. Como as melhorias no sistema não poderiam ser financiadas com aumentos na conta de luz, o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga (PMDB), disse na época que o dinheiro viria de um programa de investimento quinquenal que teria submetas. Mas até agora, nada.

O GDF também não está fazendo a sua parte. No ano passado, o orçamento da CEB previa investimentos de R\$ 137 milhões no sistema. Mas apenas R\$ 55 milhões foram efetivados.

Sem recursos fica impossível

atender a demanda energética em Brasília. É importante ressaltar que a categoria tem feito grandes esforços para contribuir com a melhoria. Muitos trabalhadores e trabalhadoras estão no limite de suas capacidades.

Para ilustrar o tamanho desse esforço, é preciso resgatar um pouco da história. Na década de 80, cerca de 2 mil trabalhadores atendiam 500 mil consumidores em Brasília. Hoje, a cidade tem mais de um milhão de unidades consumidoras e mil trabalhadores para atender essa demanda. O consumo dobrou e a mão de obra para atender a população

foi reduzida pela metade.

Sem investimentos no sistema e recursos humanos para dar conta dessa grande demanda, a categoria continuará trabalhando no limite de sua capacidade e a qualidade da rede elétrica em Brasília pode ficar comprometida.

A luz no fim do túnel foi a autorização pela Câmara Legislativa para que a CEB vendesse suas cotas de participação acionária nas empresas de gás e geração de energia.

Vale ressaltar que o STIU-DF se posicionou favorável à aprovação do PL 809 porque sempre foi contra a decisão tomada no início da década de 2000, que priorizou investimentos em geração e reduziu, desde então, recursos na distribuição, principal negócio da CEB-D. O resultado desse processo é sentido até hoje pela população e pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Por conta desse mau negócio, hoje a CEB arca com uma dívida

altíssima, quando só os juros estão na ordem de R\$ 100 milhões por ano. Desde o início, o STIU-DF defendeu que não era bom para a CEB ter participação em empreendimentos que só servem para pagar dividendos e acomodação de apadrinhados nos cargos comissionados.

A aplicação integral do dinheiro adquirido com a venda dessas cotas de participação acionária é fundamental para a melhoria do sistema e a continuidade da concessão da empresa. Por isso aplicar 100% desses recursos é de suma importância, uma vez que o governo federal não cumpriu a promessa e o GDF está ajudando muito pouco.

O STIU-DF e a categoria estão de olho na venda desses empreendimentos e vão cobrar da direção da empresa a aplicação integral desses recursos em novos investimentos na CEB/D e na amortização da dívida da empresa.

## OPINIÃO

## O Plano de Saúde é um direito de todos os cebianos

Por João Carlos\*



Com a declaração da inconstitucionalidade da lei distrital 3010/2002 pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), ocorrida em 01/09/2015, os cebianos passaram a ter como um grande desafio neste ano de 2016 a luta pela manutenção do plano de saúde aos aposentados e pensionistas da CEB. Afinal, um benefício com tal nível de impacto na qualidade de vida, saúde e bem-estar daqueles que, com seu trabalho e dedicação, tanto contribuíram para o desenvolvimento do DF e fortalecimento da Companhia não pode simplesmente deixar de existir. Seria muita injustiça e despropósito. Além do que, a fatídica e estranhamente célere decisão da Corte local não vedou a concessão do benefício, mas tão somente tornou nula, com argumentos essencialmen-

te formais, a lei que o concedeu. Isto quer dizer que não há nenhum impedimento jurídico ou legal para que se continue estendendo o plano de saúde aos nossos assistidos.

Ao contrário, há sustentações jurídicas bastante razoáveis de que a referida decisão, ao ter mencionado a lei 9656/1998 como parâmetro para justificar a obrigatoriedade do custeio do plano para ex-empregados pelos próprios beneficiários, ensejou a perspectiva de que tal decisão não alcança os aposentados e pensionistas que já estavam vinculados ao Plano Assistencial da CEB na data de publicação da referida lei.

De fato, torna-se difícil uma abordagem que não tome o plano de saúde como parte inerente ao patrimônio de direitos dos cebianos, que mesmo antes das mencionadas leis já gozavam desse benefício na aposentadoria.

Porém, no âmbito das negociações que deverão ocorrer

acerca desse tema, a questão que certamente permeará o debate não será acerca da possibilidade ou não de um novo plano de saúde para os aposentados e pensionistas da CEB, mas de como se definirá o valor das contribuições e qual a forma de participação da CEB no custeio do referido plano.

Neste sentido, o STIU-DF já deixou claro, acertadamente, que não aceitará nenhuma proposta que estabeleça contribuições proibitivas aos beneficiários de menor renda, pois não adianta sairmos dessa luta com um plano de saúde que atenda apenas os assistidos que ganham mais, deixando os aposentados e pensionistas que ganham menos à própria sorte. Há que se discutir, então, temas como formas de subsídio e até faixas de isenção.

Se tomarmos como referência apenas o mercado de planos privados de saúde, e considerando a idade média dos nossos beneficiários, bem como o nível

de cobertura atual, dificilmente chegaríamos a uma mensalidade inferior a R\$ 1.600,00 por grupo familiar (titular e cônjuge), o que a tornaria absolutamente impagável para uma parte significativa dos aposentados e pensionistas da CEB, muitos em idade avançada, com problemas crônicos de saúde e sem renda para suportar tal encargo.

Outros aspectos que o STIU-DF já pontuou como premissas dessa discussão são a continuidade da gestão dos planos de saúde pela Faceb e a manutenção do repasse integral pela CEB dos valores referentes às despesas administrativas assistenciais. Esses fatores são fundamentais, não somente para reduzir o valor das contribuições, como para o equilíbrio do custeio administrativo geral da Fundação. Vale registrar que a taxa de eficiência administrativa da Faceb (custeio administrativo/total das despesas assistenciais) sempre se manteve em torno dos 13%,

dentro ou abaixo da média nacional.

Por fim, é importante salientar que a CEB, principalmente nos últimos anos, pressionada por acionistas minoritários insensíveis e pelo ambiente regulatório cada vez mais privatizante, tem apontado problemas de caixa e no balanço patrimonial como obstáculos para a manutenção do plano de saúde para os nossos assistidos. Ocorre que, caso a decisão do TJDFT seja utilizada para negar esse benefício ou para estendê-lo somente a quem pode pagá-lo, estaremos diante de um fato social grave e de desdobramentos previsivelmente dramáticos, com centenas de cebianos, hoje aposentados, lançados à desproteção assistencial e à intranquilidade na velhice.

Tal situação seria moralmente inaceitável, e é contra ela que, se necessário, os cebianos se mobilizarão.

\*João Carlos é Membro Titular Eleito do Conselho Fiscal da Faceb

## ELETRONORTE

**MUDANÇA:** Categoria aguarda há quase uma década construção da nova sede.

## Consolidação da empresa e do sistema público de energia

*Para o STIU-DF, a Eletronorte não pode continuar expondo os trabalhadores e trabalhadoras a risco de graves acidentes, condições nocivas e transtornos laborais. É preciso estabelecer, urgentemente, condições de segurança para a categoria eletricitária.*



Passados oito anos, várias promessas foram feitas para os trabalhadores e trabalhadoras da Eletronorte sobre a construção da sede dos eletricitários em Brasília. A obra que já deveria estar pronta não saiu do papel e o terreno na 904 Sul, comprado por R\$ 59,6 milhões, parece ter sido esquecido pela direção da Eletronorte.

Junto à falta de compromisso da direção da empresa em não priorizar a construção da sede da Eletronorte, a omissão com a segurança dos trabalhadores é outro assunto que tem preocupado o STIU-DF e a Comissão In-

terna de Prevenção de Acidentes (Cipa). Diante desse quadro de insegurança, várias advertências foram feitas para os gestores da empresa.

Os representantes do Sindicato têm alertado a diretoria da Eletronorte sobre os riscos das atuais instalações elétricas, inadequadas as necessidades de carregamento elétrico; falta de saídas de emergência confiáveis; e telas de aço instaladas nas janelas apenas por questões estéticas e impedem o jato d'água de penetrar e combater possíveis

incêndios. Esses são apenas alguns problemas dentre tantos outros.

Além disso, denúncias foram protocoladas no Ministério Público do Trabalho, Corpo de Bombeiros e na Administração de Brasília, mas nada foi resolvido até o momento.

Recentemente, a Eletronorte publicou edital de chamamento para locação de imóvel para acomodar a sede da empresa.

Para o STIU-DF, a Eletronorte não pode continuar expondo os trabalhadores e trabalhado-

ras a risco de graves acidentes, condições nocivas e transtornos laborais. É preciso estabelecer condições mínimas de segurança para a categoria eletricitária, seja na atual sede, localizada nas instalações do Shopping ID, ou em outro local.

Após questionamentos sobre a construção da nova sede, a direção da Eletronorte informou que as obras e todo processo administrativo levaria em torno de quatro anos.

O STIU-DF, diante da impossibilidade da mudança para a tão sonhada sede, continuará pressionando a empresa para que a construção deixe de ser apenas uma promessa. Além disso, não permitirá que a Eletronorte estabeleça contrato superior ao prazo previsto e nem desperdice dinheiro com aluguel exorbitante que possa ser revertido para a estruturação da nova sede.

A entidade sindical, insistentemente, tem cobrado da em-

**A sede traduz uma postura política de consolidação da empresa e do sistema público de energia. É também a garantia de um ambiente digno e seguro de trabalho e responsabilidade com o gasto do dinheiro público.**

presa posicionamento quanto ao início das obras. E reitera que é necessário o entendimento por parte da direção da empresa de que a sede traduz uma postura política de consolidação da empresa e do sistema público de energia. É também a garantia de um ambiente digno e seguro de trabalho e responsabilidade com o gasto do dinheiro público.

**TERCEIRIZAÇÃO:** Restrição de direitos e precarização das relações de trabalho

## Segurança dos trabalhadores em risco

*De acordo com relatório da Fundação Coge, os serviços terceirizados têm influência marcante nas taxas de acidentes do setor elétrico brasileiro. Para dirigente sindical, aprovação do PLS 555/2015 representa o sucateamento das empresas estatais, a eliminação do concurso público e a ampliação irrestrita da subcontratação.*

O setor elétrico brasileiro é responsável por grande parte dos acidentes e mortes de trabalhadores. E essa realidade pode piorar se o PLS 555/2015 for aprovado. Além de escancarar as portas para a entrega do patrimônio nacional, amplia a terceirização.

O relatório pela aprovação do PLS 555/15 apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) reúne várias emendas, além do anteprojeto assinado pelos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado,

Renan Calheiros (PMDB-AL).

Entre as emendas apresentadas, que em sua maioria agravam o texto original, a de número 88, de autoria do Senador José Serra (PSDB-SP), discorre sobre a possibilidade das empresas adotarem processo seletivo simplificado ou análise curricular para os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Para o dirigente sindical, David Oliveira, o PLS 555 e a emenda 88 são artimanhas para o sucateamento das empresas estatais, eliminação do concurso público e ampliação irrestrita da subcontratação. “É preciso lembrar que a emenda 88 confronta o artigo 37 da Constituição. A proposta geral fomenta a terceirização viabilizando a precarização das relações de trabalho. O índice de acidentes nas empresas terceirizadas é muito superior aos acidentes registrados nas empre-

sas com trabalhadores do quadro próprio”, destaca.

Ele observa que o PLS 555 está diretamente atrelado ao Projeto de Lei da Câmara número 30 que regulamenta de forma irrestrita a subcontratação. “Por todos os lados, os setores retrógrados do Senado e Câmara estão atacando a classe trabalhadora. Sem a regulamentação da terceirização as empresas já deixam de investir em treinamentos e equipamentos coletivos e individuais de segurança. Se aprovado, veremos os índices de acidentes e mortes atingirem patamares ainda mais assustadores”, aponta David.

**A proposta geral fomenta a terceirização viabilizando a precarização das relações de trabalho.**

De acordo com relatório da Fundação Coge, os serviços terceirizados têm influência marcante nas taxas de acidentes do Setor Elétrico Brasileiro, especialmente na taxa de gravidade, tendo sido registrados um total de 58 acidentes com consequências fatais em 2012. No mesmo ano foram registradas nove ocorrências de acidentados de consequência fatal com empregados próprios.

Destaca-se ainda que as principais causas dos acidentados fatais das terceirizadas foram, pela ordem: origem elétrica, queda de estrutura / Poste e utilização de veículos. Os acidentados de origem elétrica representam 60% do total de acidentados fatais de contratadas, o que confirma a relação com a terceirização das atividades de maior risco e que os acidentes estão diretamente ligados aos processos de trabalho.

Os números da Fundação Coge sobre mortes e acidentados, não são apenas números, são vidas que



**Diretor do STIU-DF, David Oliveira**

se perderam muitas vezes com o argumento da manutenção e equilíbrio da taxa de lucro das empresas ao restringirem treinamentos e inviabilizar o acesso aos equipamentos de segurança.

Dado o exposto, é fundamental que os trabalhadores estejam atentos a qualquer forma de precarização e possível ampliação no número de acidentes e mortes. Permitir a aprovação de projetos ofensivos à classe trabalhadora é abrir mão da saúde e segurança nos locais de trabalho.

## CULTURA

**LUTA:** Ocupação resiste com apoio de artistas e movimentos sociais**O beco da cultura**

*O Mercado Sul conta com oficinas de artesanato, reciclagem e o Bicicentro, um local de empréstimo de bicicletas. Para o mímico Abder Paz, a cultura é, também, o ato de cultivar boas relações, de se alimentar bem e ter práticas saudáveis.*

O direito à cidade é negado a parte da população brasileira. Para reverter essa realidade, um grupo de artistas, artesãos, músicos e militantes de diversos movimentos sociais decidiram, há pouco mais de um ano, ocupar em Taguatinga Sul lojas que foram abandonadas, algumas fechadas há mais de 15 anos. Lá eles estão oferecendo um novo cenário cultural aos moradores da cidade.

O Espaço Cultural Mercado



Imagem retirada da internet

Sul passou a ser uma referência na defesa da cultura popular, dos saberes e conhecimentos tradicionais na capital. Além de atuar na construção de debates para superação das relações de opressão como o machismo, racismo, homofobia e outras

questões do dia a dia.

Abder Paz, mímico e educador, vive no Beco da Cultura, como também é conhecido o espaço, há dez anos. Para ele, os espaços de encontro e de lazer estão cada vez mais restritos à população. Por isso é fundamen-

**Sugestão de pauta**

Envie sugestão de temas e assuntos que você gostaria de ver em nossas próximas edições. Estamos com um novo canal de comunicação.

WhatsApp: (61) 9144-8075

E-mail: [comunicacao@stiudf.org.br](mailto:comunicacao@stiudf.org.br)

tal construir um local plural, com arte e cultura, onde as pessoas possam se apropriar da cidade e resgatar o sentimento de pertencimento à comunidade.

“A arte e a cultura são direitos de todos. A cultura é, também, o ato de cultivar boas relações, de se alimentar bem, ter práticas saudáveis. Todas essas dimensões estão sendo

construídas nesse território”, destaca Abder.

Os artistas e moradores do Mercado Sul promovem oficinas de artesanato, reciclagem e mantém o Bicicentro, um local de empréstimo de bicicletas que funciona a partir de doações. No beco da cultura há maracatu, samba, capoeira, forró, teatro e frevo.

Conheça mais:

**WWW.**  
**mercadosul.org**

**VER****AS SUFRAGISTAS****SARAH GAVRON**

O filme resgata a história de milhares de mulheres que lutaram pelo direito ao voto no final do século XIX e início do XX, na Inglaterra. Cansadas de protestar pacificamente e não serem ouvidas pelos homens que lideram o país, as mulheres partem para a desobediência civil, sendo brutalmente reprimidas pela polícia. O longa aborda outras questões como igualdade de salários, abuso sexual, representatividade política e respeito, que ainda figuram entre as principais bandeiras de luta das mulheres.

**O QUE VAI PELO BRASIL****■ PETRÓLEO**

O Senado aprovou mês passado o substitutivo do senador Romero Jucá (PMDB-RR) ao Projeto de lei 131/2015, que revoga a participação obrigatória da Petrobras na exploração do petróleo da camada do pré-sal, propondo alterações na Lei 12.351/2010, que rege o tema. Entidades sindicais e movimentos sociais são contrários a proposta, originalmente apresentada pelo senador José Serra (PSDB-SP). Desde o ano passado, essas entidades vêm realizando protestos contra a aprovação do projeto. A matéria segue para votação na Câmara dos Deputados.

**■ LINCENÇA PATERNIDADE**

Projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados que amplia de 5 (cinco) para 20 (vinte) dias a licença paternidade aguarda sanção da presidente Dilma Rousseff. No entanto, o projeto aprovado traz uma série de detalhes, a regra só vai valer para os trabalhadores de empresas que estão inseridas no Programa Empresa Cidadã, que já estendem a licença-maternidade de 120 dias para 180 dias.

**■ EDUCAÇÃO**

Estudantes ocuparam dezenas de escolas no estado do Goiás contra a transferência da gestão da rede de ensino estadual para entidades privadas. Como resultado da ocupação, que teve início no mês de dezembro, o Ministério Público Federal recomendou o adiamento do edital de chamamento que abre o processo de terceirização da rede estadual de educação. No entanto, a Secretaria Estadual da Educação de Goiás prossegue com o processo e já divulgou o nome de cinco organizações sociais (OS) consideradas habilitadas.

**O QUE VAI PELO MUNDO****■ ARGENTINA 1**

Com pouco mais de dois meses após assumir a presidência na Argentina, Mauricio Macri aprovou diversas medidas neoliberais no país. Entre elas, a demissão de centenas de funcionários públicos. Diante das demissões, os funcionários públicos deflagraram uma greve nacional, onde, no segundo dia do movimento, cerca de 50 mil pessoas marcharam em Buenos Aires contra as medidas de austeridade, defendida por Macri como “modernização do estado”.

**■ ARGENTINA 2**

Em meio a manifestações diárias contra os ajustes do governo, Mauricio Macri tem utilizado o Decreto de Necessidade e Urgência (DNU), ferramenta prevista na Constituição, reservada para casos de emergência nacional para ampliar restrições à população. A ministra de Segurança da Argentina anunciou um novo protocolo de atuação para as Forças de Segurança nas manifestações, onde amplia os poderes para reprimir e criminalizar. Segundo as novas regras, os jornalistas deverão “fazer seu trabalho em uma zona determinada pela polícia”.

**■ ITÁLIA**

O Senado italiano aprovou o projeto de lei proposto pelo governo do primeiro-ministro, Matteo Renzi, do Partido Democrático, que regulamenta a união civil entre pessoas homoafetivas no país. A lei vai permitir que casais homoafetivos estabeleçam uniões civis que lhes darão direitos iguais àqueles contemplados pelo casamento segundo a legislação italiana. A medida, entretanto, veta a possibilidade de adoção por casais de lésbicas e gays. O projeto ainda deve passar pela Câmara dos Deputados.